

O Impacto Sócio-Económico da Universidade a Nível Regional e Local

1. A Universidade, enquanto instituição educativa que, no seu âmbito e de acordo com os seus objectivos, participa no desenvolvimento da educação, superiormente orientada para promover *o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva* (LBSE, artº 2º, 5), está naturalmente integrada numa interacção Universidade-Comunidade que é marcante para as acções por si desenvolvidas.

Efectivamente, as diversas acções empreendidas pela Universidade, tanto no ensino, formação e investigação, como na extensão cultural e prestação de serviços, inscrevem-se de forma clara nessa interacção e devem ser vistas e enquadradas à luz da evolução da missão institucional da Universidade face às novas e crescentes expectativas que a sociedade coloca no ensino superior. Na realidade, com a democratização do acesso ao ensino superior e os desafios colocados pela valorização crescente do conhecimento e pela estonteante evolução científico-tecnológica, a sociedade, sem colocar em causa a missão tradicional da Universidade atrás expressa, tende a encará-la sob uma nova perspectiva, vendo no ensino superior não só um importante elemento de desenvolvimento económico, mas também um factor decisivo de inclusão social, ao contribuir para preparar os cidadãos, no maior número possível, para a sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem.

2. A interacção Universidade-Comunidade é, por conseguinte, vista de uma forma muito ampla, mais exigente no que concerne ao impacto sócio-económico do ensino superior em cada uma das vertentes das funções da Universidade.

O primeiro e porventura mais importante factor de impacto do ensino superior é a valorização do capital humano, através do desenvolvimento de competências elevadas, conhecimento e inovação, como elemento essencial para o desenvolvimento e competitividade. Trata-se da formação de cidadãos cultos e de quadros qualificados para os desafios de hoje. Há que ter presente, a este respeito, o quadro de conhecimentos,

capacidades e competências exigíveis e expectáveis nos graduados pelo ensino superior, que vão muito para além dos conhecimentos e competências técnicas associados a um domínio profissional específico, ao incluírem, com relevância crescente, um corpo de conhecimentos básicos estruturantes do saber e de capacidades e competências horizontais, de natureza pessoal e interpessoal, como sejam o desenvolvimento do intelecto (saber pensar), o desenvolvimento de competências metodológicas (espírito crítico, aprender a aprender, capacidade de resolução de problemas, capacidade para lidar com a mudança, ...), e a capacidade de comunicação e trabalho em equipa, bem como a aquisição de valores e atitudes ligados ao código deontológico da profissão (Santos, 2001).

Um elemento que se tem revelado importante para o desenvolvimento local é, inquestionavelmente, a fixação dos quadros formados nas instituições de ensino superior fora dos grandes centros urbanos.

A investigação e desenvolvimento, enquanto factor de enriquecimento social e empresarial, constitui outro dos elementos fundamentais de impacto da Universidade, que adquire visibilidade acrescida com a investigação aplicada a projectos com interesse regional e local. A força do impacto de I&D passa pelo estabelecimento de parcerias fortes entre as instituições de ensino superior e as empresas e serviços, que envolvam nomeadamente formas de investigação contratual e promovam a transferência de tecnologias e outras medidas de valorização da propriedade intelectual, parcerias essas sempre encaradas em termos de benefício mútuo entre os parceiros envolvidos.

A extensão cultural e a prestação de serviços especializados constituem a forma mais directa de interacção entre as instituições de ensino superior e a comunidade, a qual, por vezes, de forma redutora, é referenciada como apenas ou essencialmente ligada a esta componente das funções da Universidade. A extensão universitária é, sem dúvida, a forma mais visível do impacto da Universidade, mas a interacção Universidade-Comunidade é algo bem mais amplo, que cruza todas as dimensões da missão institucional.

3. O tema do impacto sócio-económico da Universidade tem sido tratado em profundidade a nível internacional e também em Portugal. Uma das referências incontornáveis, pelo seu detalhe e pela forma participada como foi elaborado, é o Relatório Dearing de estudo prospectivo para o ensino superior no Reino Unido (Dearing, 1997).

No que respeita à ligação à comunidade, Dearing salienta a influência da Universidade nas economias locais e regionais em três aspectos: como fonte de receita e de emprego, na contribuição para a vida cultural e no suporte ao desenvolvimento económico regional e local. Como contributos específicos das Universidades para as localidades e regiões são citados a investigação e serviços de consultoria, a atracção de investimentos e correspondente geração de emprego, a satisfação de necessidades do mercado de emprego, o apoio à formação contínua e a contribuição para a qualidade de vida na medida em que actuam como centros de cultura. A Comissão Dearing recomenda, conseqüentemente, às instituições que sejam claras acerca da sua missão em relação às comunidades locais e às regiões, e recomenda formalmente ao Governo que as instituições de ensino superior estejam representadas nos órgãos regionais existentes.

Em Portugal, merece referência um *Workshop* organizado pela Universidade do Minho (UM, 1998) no âmbito do projecto *The Dialogue of Universities with their Regional Partners*, desenvolvido pela Association of European Universities com o apoio da Comissão Europeia, no qual esta Universidade participou como instituição piloto. Nesse encontro, com participação ampla e representativa dos interesses sociais, económicos e culturais da região, concluiu-se por três ideias mestras para um diálogo activo e profícuo: (i) as vantagens em a Universidade estabelecer uma política pró-activa de parcerias, com vista ao desenvolvimento de relações catalíticas de cooperação, limitadas no tempo e no objecto, que promovam a valorização mútua dos parceiros; (ii) a conveniência em se introduzir selectividade na escolha das parcerias, por forma a que a Universidade se não confunda com uma "estação de serviço" mas, pelo contrário, seja capaz de manter o necessário distanciamento e capacidade de actuação crítica em relação aos problemas sociais onde deve intervir, não se subordinando ao retorno financeiro pelos serviços prestados, sem contudo deixar de o considerar (ou, dito de outra maneira, a abertura à comunidade deverá ser feita sem deixar "MacDonaldizar" a Universidade); (iii) a necessidade de desenvolver nos estudantes a capacidade de gestão e de iniciativa empresarial, i.e., a Universidade deverá contribuir para a criação de uma cultura empresarial nos graduados, incentivando a capacidade de inovação e de assunção do risco.

4. Sendo certo que existe uma consciência crescente do papel das instituições de ensino superior na Sociedade, o impacto económico directo da Universidade não está ainda devidamente documentado e nem sempre é referido, sendo poucos os estudos que o procuram quantificar. Pelo contrário, assiste-se a uma maior preocupação com os

custos do ensino superior, sendo publicamente debatidos e questionados os níveis de investimento público necessários e os objectivos e finalidades desse investimento. Discute-se, igualmente, em que medida os benefícios do ensino superior se repartem entre a sociedade em geral e os detentores de um grau superior.

Neste contexto, ganham particular relevância, por um lado, a quantificação do retorno do investimento individual efectuado pelos estudantes e, por outro, os aspectos macroeconómicos da relação entre capital humano e competitividade e o retorno do investimento efectuado no ensino superior.

4.1 O esforço financeiro individual colocado na frequência do ensino superior é considerável. Para além dos custos de oportunidade a ter em atenção, um estudo recente relativo ao ensino superior público em Portugal (Cabrito, 2002), a partir de um inquérito nacional a uma amostra representativa constituída por mais de 2000 estudantes das universidades públicas, debruçou-se sobre os custos de frequência suportados pelas famílias para a satisfação de encargos relacionados com alojamento, deslocações, alimentação, livros e materiais, vestuário e outros, concluindo que na maioria das áreas científicas esse esforço financeiro privado é superior ao financiamento assumido pelo Estado para os custos do ensino superior. Olhando em detalhe os custos anuais globais para o conjunto da universidade pública, podem referir-se alguns valores significativos da percentagem do contributo privado associado aos custos de frequência, valores esses que vão desde 38,8% em medicina, 51,0% em engenharia, 55,0% em ciências, 62,1% em humanidades, 66,7% em ciências sociais, até 73,7% em direito.

Contudo, os benefícios pessoais da obtenção de um grau académico, para além do enriquecimento intelectual e cultural e do estatuto social associados ao grau, são ainda significativos e têm repercussão directa na obtenção de emprego e nos níveis remuneratórios. Dearing estudou esse aspecto no Reino Unido, afirmando no seu relatório que *o ensino superior demonstrou ser um investimento pessoal excelente, com retorno médio de 11 a 14 por cento, esperando-se que continue a ser um bom investimento, mesmo com a expansão do sistema.*

Em Portugal, a diferenciação de salários entre graduados e não graduados é acentuada na administração pública e frequente no sector privado. Causa, porém, preocupação aos estudantes o facto de a obtenção de emprego, uma vez terminado o curso, não ser tão rápida ou quase automática como o era no passado. A evolução do chamado "desemprego académico" mostra, efectivamente, um crescimento do valor relativo entre as taxas de desemprego de graduados e da população activa em geral, mas com uma vantagem competitiva ainda acentuada para os graduados (Santos, 1998).

Acresce que uma formação superior, se for adequada em termos das capacidades e competências que desenvolve nos formandos, contribuiu para uma empregabilidade mais duradoura, nomeadamente quanto à capacidade de adaptação a mudanças no ramo de actividade profissional.

4.2 No que se refere ao retorno económico do investimento efectuado no ensino superior, podemos referir um trabalho muito detalhado efectuado pelo *Committee of Vice-Chancellors and Principals* (CVCP) do Reino Unido sobre o impacto directo das universidades na economia britânica (McNicoll *et al.*, 1997).

O estudo debruça-se sobre a estimativa do impacto das transacções financeiras das instituições de ensino superior na economia, durante o ano académico de 1995/96, tratando, no essencial, as universidades como uma indústria convencional que gera actividade económica ao atrair e reinvestir recursos. O modelo usado permitiu quantificar o impacto em termos do produto sectorial bruto, do valor acrescentado e do emprego. Resumem-se, de seguida, algumas das conclusões obtidas, apresentando os valores em percentagem, dada a diferença de escala óbvia para a situação portuguesa.

Assim, do ponto de vista das receitas, despesas e emprego no próprio sector do ensino superior, verificou-se que:

- as instituições de ensino superior britânicas são financiadas em 73% pelo Estado (56% de financiamento básico directo e 17% de bolsas e contratos de investigação), 19% pelo sector privado e 8% de receitas captadas no estrangeiro;
- os estudantes nacionais, através de bolsas e empréstimos, atraíram para o sector, em termos relevantes para o estudo, uma verba adicional de 17%; por sua vez, os estudantes e visitantes provenientes do estrangeiro, para além da contribuição para as receitas das universidades, atraíram uma verba adicional de 8% para o sector;
- as despesas do sector em produtos e serviços produzidos no País representam 2.1% do Produto Interno Bruto e distribuíram-se do seguinte modo por sectores de actividades: 17% em manufactura; 8% na construção; 6% na distribuição e hotelaria; 10% em comércio e serviços financeiros; 6% em outros serviços, 3% em energia e sector primário e 50% em salários directos;
- os efectivos empregados directamente pelas instituições de ensino superior representam 1.2% da força total de trabalho.

Por sua vez, quanto ao impacto dos fluxos financeiros derivados das instituições de ensino superior na actividade económica, o estudo concluiu que:

- usando o modelo Entrada-Saída, o factor multiplicador para o produto sectorial bruto foi de 3.21, i.e., por cada milhão de libras gasto pelo sector do

ensino superior estima-se que foram gerados 2.21 milhões nos restantes sectores da economia britânica, valor este superior à média do factor multiplicador para as indústrias testadas no modelo;

- para o referido efeito multiplicador contribuíram as despesas efectuadas pelas instituições (79%), as despesas dos estudantes nacionais (14%) e as despesas dos estudantes e visitantes estrangeiros (7%);
- em termos de valor acrescentado, a contribuição estimada do sector do ensino superior para o Produto Interno Bruto foi de 3.7%;
- o emprego gerado pelo sector é estimado em 3.4% da força total de trabalho do Reino Unido, correspondendo 36% deste valor ao emprego directo nas instituições de ensino superior e os restantes 64% a empregos gerados noutros sectores através de efeitos multiplicadores;
- em média, por cada milhão de libras de despesa efectuada no ensino superior são gerados 53.9 postos de trabalho, enquanto que um milhão de libras de exportações gera em média 30.9 postos de trabalho.

Em conclusão, para além do valor intrínseco do investimento em educação para a economia e do retorno individual para os graduados, o sector do ensino superior, encarado como empresa, tem um valor macroeconómico considerável, com impacto significativo na criação de emprego.

Com todas as reservas que a aplicação destes resultados à situação portuguesa possa gerar, dada a diferença de contextos, mas para obter apenas uma estimativa da ordem de grandeza do impacto económico directo da Universidade do Minho na região em que se insere, poderíamos concluir, relativamente aos dados orçamentais de 2002, incluindo os Serviços de Acção Social:

- com uma despesa de 99 milhões de Euros, e aplicando o factor multiplicativo de 3.3. a U.M. terá contribuído para gerar um volume de negócios de mais de 300 milhões de Euros;
- quanto à geração de emprego, com os mais de 1 800 empregos directos e os correspondentes 3 300 empregos indirectos, a U.M. terá alimentado mais de 5 000 postos de trabalho.

Não é, pois, de admirar que existam tantas apetências e pressões por parte dos municípios para a instalação local de estabelecimentos de ensino superior público. Está em jogo, nessas reivindicações, não só a facilidade de acesso por parte dos jovens da região e o prestígio associado ao ensino superior, mas também a consciência do impacto económico directo previsível e o seu possível efeito dinamizador nas economias locais.

5. Dos estudos referidos e das reflexões apresentadas resulta clara a importância da interacção Universidade-Comunidade e a necessidade de a enquadrar em políticas institucionais devidamente definidas, apoiadas por estruturas próprias que, com flexibilidade e profissionalismo, actuem como facilitadores dos interfaces, que não são fáceis, entre a Universidade e os agentes económicos e sociais.

Uma importante dimensão dessa interacção é a cooperação com as empresas, tão frequentemente sujeita a críticas de empresários mas que, em boa verdade, não tem sido objecto de políticas adequadas por parte dos diversos parceiros relevantes, desde o Governo, passando pelas empresas e associações empresariais, até às próprias instituições. Este tema foi objecto de um estudo profundo conduzido pelo Conselho para a Cooperação Ensino Superior-Empresa (CESE), que contou com a participação de numerosas individualidades do universo empresarial, instituições de interface e instituições de ensino superior. Esse trabalho conduziu à publicação de um Livro Verde (CESE, 1994) que sintetiza as perspectivas das empresas e das instituições de ensino superior, analisa casos de cooperação por seis sectores de actividade e apresenta propostas concretas dirigidas ao incremento da cooperação ensino superior/empresa, organizadas por grandes áreas de intervenção. Dessas propostas, salientam-se:

- na área da organização e recursos humanos, a criação de condições que favoreçam a permuta de pessoal entre os estabelecimentos de ensino superior e as empresas, a participação de docentes na execução de trabalhos de investigação e consultadoria em estreita ligação com o meio empresarial e a participação de quadros das empresas na docência do ensino superior;
- na área do ensino, a introdução de estágios obrigatórios, devidamente avaliados, nos curricula dos cursos, a promoção da abertura das empresas a estágios de estudantes, a introdução dos temas *inovação e qualidade* nos curricula dos cursos e a participação de representantes do sector empresarial em órgãos consultivos e deliberativos da organização curricular dos cursos ministrados;
- na área da formação profissional, a organização de programas conjuntos de formação contínua e a celebração de contratos entre os estabelecimentos de ensino superior, os laboratórios de Estado, os institutos de investigação privados sem fins lucrativos, o apoio a consórcios entre instituições de ensino superior e empresas para acções de investigação e desenvolvimento tecnológico e para candidaturas a programas de incentivos, a organização em rede das infraestruturas tecnológicas existentes ou em criação, orientada por princípios de coerência e homogeneidade, e o incentivo à criação de bases de dados e redes de informação com interesse para a indústria;
- na área da internacionalização, o apoio a acções de cooperação entre as instituições científicas a nível nacional e internacional e o incentivo à utilização de organismos internacionais já constituídos no desenvolvimento da cooperação com consórcios industriais;

- a nível da intervenção directa do Estado, a modificação de legislação sobre os regimes contratuais, com maior flexibilidade nos mecanismos de recrutamento e prestação de serviços, o encorajamento à colaboração das instituições estatais de investigação com os estabelecimentos de ensino superior e as empresas em projectos comuns, a concessão de incentivos de natureza financeira e fiscal e a criação de programas específicos de incentivos à cooperação ensino superior-empresa.

Este amplo leque de propostas de acção mantém toda a actualidade e responde, nomeadamente, a preocupações identificadas a propósito das qualificações dos graduados, como sejam o valor da experiência de trabalho/realização de estágios ao longo do curso e o envolvimento de parceiros externos na preparação e desenvolvimento dos *currícula*.

6. A interacção Universidade-Comunidade é, em síntese, algo que deve ser nuclear à forma como a universidade desenvolve as suas funções, de acordo com a missão institucional traçada e a natureza de *bem público* do serviço prestado (Berlim, 2003). A Universidade não poderá, efectivamente, deixar de responder ao desafio de corresponder às expectativas no valor crescente do conhecimento como elemento e factor de desenvolvimento e riqueza, mas deverá saber fazê-lo preservando a sua essência, aprofundando o conhecimento das fontes e causas da sua resiliência no passado para resistir à sua descaracterização no presente, evitando modismos porventura fáceis sem contudo ignorar as necessidades sociais e económicas.

Mas as responsabilidades para uma interacção eficaz cabem também à sociedade e, em particular, ao mundo empresarial, que a deverá considerar como algo estratégico para ultrapassar o défice de inovação e de competitividade em que o País se encontra, e por essa via estimular a economia, na qual as empresas se inserem e de que são principais beneficiárias. O investimento na ciência e na educação é um investimento a médio e longo prazo, e para colher é necessário semear. A tradição anglo-saxónica do *fund raising*, segundo a qual empresários (muitas vezes antigos alunos da instituição) e empresas investem nas Universidades sob a forma de “donativos” substanciais, para além dos contratos de investigação, desenvolvimento e serviços especializados estabelecidos, traduz essa capacidade de visão estratégica de semear no presente para colher no futuro, dando por sua vez às Universidades uma força e capacidade de actuação que seria de todo impossível se dependessem apenas ou quase só de fundos estatais. Em Portugal a situação é muito diferente e as críticas que, de vez em quando, alguns empresários de renome fazem ao posicionamento das Universidades, ainda que com alguma fundamentação, carregam pouca autoridade moral.

Como se afirma num estudo prospectivo recente sobre o ensino superior em Portugal (Simão *et al.*, 2003), aos princípios inerentes à responsabilização financeira do Estado no financiamento do ensino superior – responsabilização essa derivada do facto de o ensino superior ser um bem público e constituir responsabilidade pública (Praga, 2001; Berlim, 2003) – deverão acrescentar-se dois outros de índole e aplicação genérica, envolvendo a sociedade: o princípio da subsidiariedade, associado às responsabilidades da sociedade civil, em particular das empresas, no sentido de deverem contribuir para o financiamento quer da produção do conhecimento, quer da formação de quadros qualificados; e o *princípio do equilíbrio social*, entendido como uma responsabilidade conjunta do Estado e da sociedade de proporcionarem as condições para a qualificação da população activa, por forma a atenuar os actuais défices de formação.

A reforçar essa ideia, termina-se com uma citação retirada das considerações de fecho do trabalho do CVCP atrás citado: *o estudo ilustra que fundos de qualquer fonte, públicos ou privados, usados para apoiar as actividades do ensino superior têm um efeito amplo e positivo na economia, para além do valor do ensino superior em si próprio. O financiamento do ensino superior não vai para um 'buraco negro'. Pelo contrário, uma fracção substancial das receitas do sector do ensino superior é gasto em produtos e serviços de outras empresas, com vantagem global para a economia.*

REFERÊNCIAS:

- Berlim (2003). *Realising the European Higher Education Area*, Comunicado da Conferência de Ministros Europeus responsáveis pelo Ensino Superior, Berlim, 19 de Setembro de 2003.
- Cabrito, B. (2002). *O Financiamento do Ensino Superior*, Educa, 2002.
- CESE (1994). *Livro Verde da Cooperação Ensino Superior-Empresa*, Conselho para a Cooperação Ensino Superior-Empresa, Julho de 1994.
- Dearing, R. (1997). *Higher Education in the Learning Society – Summary Report*, The National Committee of Inquiry into Higher Education, UK, Julho de 1997.
- McNicoll, I.H., McCluskey, K., Kelly, U. (1997). *The Impact of Universities and Colleges on the UK Economy*, a Report for CVCP, July 1997.
- Praga (2001). *Towards the European Higher Education Area*, Comunicado da Conferência de Ministros Europeus responsáveis pelo Ensino Superior, Praga, 19 de Maio de 2001.
- Santos, S.M. (1998). *O Papel das Instituições de Ensino Superior*, Jornadas Empresariais Portuguesas – Encontro de Vidago, Comunicações e Discussões, I Volume.
- Santos, S.M. (2001). *As Responsabilidades da Universidade na Formação de Agentes para o Desenvolvimento*. In A. Gonçalves, L. Almeida, R. Vasconcelos e S. Caires (eds.), *Da Universidade para o Mundo do Trabalho* (pp.13-39), Universidade do Minho, Conselho Académico, Braga.
- Simão, J.V., Santos, S.M., Costa, A.A. (2003). *Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década*, 2ª edição, Gradiva, Lisboa.
- UM (1998). *O Diálogo da Universidade do Minho com os seus Parceiros Regionais*, Workshop integrado no projecto da CRE *The Dialogue of Universities with their Partners: Comparison between different Regions in Europe*, Janeiro de 1998.